

ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado João Amin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Eu gostaria de comunicar aos srs. deputados que a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano vai, às 10h, a convite do ex-prefeito Vanderlei Agostini e do secretário do Deinfra, vistoriar o início das obras de restauração da Ponte Hercílio Luz.

Gostaria, então, de convidar não somente os deputados da comissão de Transportes, mas todos os parlamentares para estarem presentes.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero comunicar a todos os deputados e, em especial, aos membros da comissão de Pesca e Aquicultura, que a visita do ministro da Pesca, prevista para esta manhã, em Florianópolis, à tarde, em Laguna, e amanhã, em Itajaí, foi transferida para a próxima semana, conforme comunicado do ministério.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o primeiro orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, com muita satisfação, queremos trazer um abraço do ministro Gilberto Kassab a v.exa., deputado Gelson Merisio. Ontem estivemos com ele, acompanhando o prefeito de Blumenau, numa audiência para tratar sobre recursos para a região do vale do Itajaí.

De fato, acho que foi a primeira ou a segunda vez que estive em Brasília este ano e posso dizer que Floripa é bem mais aconchegante. A aspereza do Poder em Brasília assusta um pouco. Mas, andando pelos corredores dos Poderes em Brasília, não há outra palavra que se destaque, a não ser a crise. Há crise do ponto de vista econômico, político e social, para não falarmos da crise hídrica, energética e assim sucessivamente. E ainda há a questão da descrença geral, inclusive da classe política.

Há uma espécie de desgovernança, quer do Parlamento, quer do Executivo e, por que também não dizer, do Judiciário, segundo notícias que saíram ontem na mídia, e que, na minha modesta avaliação, aponta para a saturação de um estágio, de um ciclo, de uma era que foi caracterizada, infelizmente, por desvios de um sentimento republicano, quer pela invasão da coisa pública, pelas questões privadas, pela desestruturação das

ideologias, pelo declínio da voz do Parlamento e pela desmotivação dos eleitores, que é geral. E aí vem a improbidade administrativa, a impunidade ou a falta de rigor das punições.

E aí povo brasileiro, e por que não dizer também o povo catarinense e todos nós, quer sejamos ou não da classe política, pergunta: "O que está por trás de todas essas crises"? É claro que há uma fronteira que estamos imbricando entre os Poderes constitucionais, uma certa sobreposição de Poder, a transformação de questões políticas, como disse, em questões privadas, a fragilidade dos mecanismos de punição, a morosidade da Justiça, a rotação de dirigentes. Mas, contudo, há uma esperança e somos otimistas no sentido de que, mesmo da crise, possa brotar a oportunidade.

Ontem, por exemplo, o ministro das Cidades, Gilberto Kassab, nos garantiu alguns programas. É bem verdade, deputado Darci de Matos, que não haverá dinheiro novo, não esperem isso, pelo menos para 2015 não haverá dinheiro novo neste país. Com relação aos contratos já assumidos, o ministro Gilberto Kassab nos garantiu três milhões de moradias para o programa Minha Casa, Minha Vida, e esperamos trazer muito disso para Santa Catarina.

É claro que o país perambula por um calvário que não sabemos até quando vai durar. Esperamos que a presidente Dilma Rousseff consiga atravessar 2016. É claro que as dores dos sacrifícios serão sentidas, mais uma vez, pela população, que é a mais frágil, mas é preciso prosseguir.

Por outro lado, há um debate muito intenso, e conversamos com cada deputado e cada líder que lá estava, sobre a questão da reforma política, se haverá ou não financiamento público, o distritão e também o distritinho para os vereadores já em 2016, em especial para as cidades acima de 200 mil eleitores. Enfim, esses são pontos que podem abrir com sucesso a reforma política.

Mas, diante de tudo que vi e ouvi em Brasília, na rápida passagem de ontem, juntamente com os deputados Jean Kuhlmann e João Paulo Kleinübing, que nos acompanharam nessa missão, chego a uma breve conclusão.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado, v.exa. faz uma análise interessante da situação que vive o país, e quero dar uma opinião com relação a isso.

V.Exa. tem trabalhado fortemente a questão do combate às drogas e do programa Reviver implantado pelo governo, que surgiu no Parlamento catarinense sob a sua liderança, sendo reeditado neste ano.

Com relação a esse clima de ceticismo que vive o Brasil e, sobretudo, Brasília, v.exa. tem razão. Prova disso é que há manifestações constantes nas ruas, com pessoas cobrando uma nova ética da classe política e também de todos os segmentos, e, principalmente, mobilizando-se contra a absurda realidade da corrupção no Brasil que se alastra, campeia e transforma um país, que há dez anos era emergente, em chacota no mundo inteiro, lamentavelmente.

Mas, felizmente Santa Catarina vive outra realidade. É um estado que se segura nos índices de desemprego e está com as contas equilibradas. É um estado diferenciado, com indicadores sociais e econômicos elevadíssimos.

Mas nos preocupa a situação do Brasil. Esperamos que, com essas manifestações, o Congresso possa trabalhar um pouco mais rapidamente e fazer as reformas que todos esperamos, fundamentalmente a reforma política. Esperamos que acabem com a coligação na proporcional, porque ninguém aguenta 50 partidos, nem eleições de dois em dois anos.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado.

Preciso concluir citando Maquiavel. Talvez não seja o teórico mais contundente, mas é um homem de verdades que predizia com muita propriedade. E há uma frase sua que cabe bem a essa leitura do cenário político, econômico e social do país. Ele dizia: "Nada é mais difícil de executar, mais

duvidoso de ter êxito ou mais perigoso de manejar do que dar início a uma nova ordem de coisas”.

Portanto, implantar uma nova ordem na cultura política brasileira é tarefa não apenas para essa geração, mas para duas, três, quatro. E oxalá o Brasil possa contar conosco!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Quero apenas registrar a presença do vereador Alois Mikalovicz e do vereador Valdecir Vaneski, conhecido como Branco, que estão na capital trazendo as demandas do município de Papanduva. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados e público que acompanha esta sessão, primeiramente quer cumprimentar as lideranças municipais e os vereadores que nos visitam nesta manhã.

Gostaríamos de dizer que temos grandes preocupações no estado. As coisas não estão tranquilas em Santa Catarina. As ações das categorias de trabalhadores realizadas nos últimos dias, as ações ocorridas nos municípios demonstram o que está acontecendo. Inclusive, temos recebido convites para participar de audiências sobre os temas da segurança, educação e infraestrutura.

Assomo à tribuna para falar de dois temas: o projeto aprovado ontem, de autoria deste deputado, e as mobilizações ocorridas sobre a terceirização do trabalho no Brasil.

Primeiramente, quero agradecer aos deputados pela aprovação unânime do projeto que obriga as entidades e os restaurantes que vendem pescado a colocar no produto comercializado a sua origem. Por que isso é importante? Com isso vamos

valorizar os produtos brasileiros e catarinenses. A sociedade poderá optar por consumir um produto diferenciado ou do local. Nós lamentamos que o catarinense, com tantos produtos locais, às vezes consume um pescado que vem do Oriente Médio, com uma produção muito questionável, achando que consume uma tilápia catarinense. Não achamos isso justo e com esse projeto colocamos a possibilidade de o consumidor ter a opção de consumir um produto nosso, de Santa Catarina.

O projeto é meritório. Foi um apelo das organizações de pesca, que veio de um conjunto de audiências públicas, como sugestão, inclusive. O consumidor poderá optar em comer um panga do Oriente Médio ou uma tainha de Santa Catarina.

Então, agradeço aos srs. parlamentares e espero que não haja veto do governador sobre esse projeto.

Outro tema que queremos trazer, já anunciado, e que estamos extremamente envolvidos e preocupados pelo seu impacto, é sobre a lei, aprovada e em processo de discussão no Congresso Nacional, que trata da terceirização. Isso trará um prejuízo imenso para os trabalhadores catarinenses, comprovadamente. Estamos discutindo aqui em cima de dados concretos, do que já existe, porque no Brasil temos cerca de 12 milhões de pessoas trabalhando no serviço terceirizado em todas as áreas da economia.

Trago uma reportagem, que saiu na revista *Carta Capital* desta semana, de um professor da Universidade de São Paulo, especializado em sociologia do trabalho, que fala do Projeto de Lei n. 4330. Ele diz que o projeto da terceirização completa um desmonte iniciado por FHC e sela o que ele chama de um início do governo do PMDB.

(Passa a ler.)

"Especialista em sociologia do trabalho, Ruy Braga traça um cenário delicado para os próximos quatro anos: salários 30% mais baixos para 18 milhões de pessoas. Até 2020, a arrecadação federal despencaria, afetando o consumo e os programas de distribuição de renda. De um lado, estaria o desemprego. De outro, lucros

desvinculados do aumento das vendas. Para o professor da Universidade de São Paulo, a aprovação do texto base do Projeto de Lei n. 4330/04, que facilita a terceirização de trabalhadores, completa o desmonte dos direitos trabalhistas iniciado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na década de 90. 'Será a maior derrota popular desde o golpe de 64', avalia o professor em entrevista a *Carta Capital*." [...]

Quero chamar a atenção ao que de fato significa essa nova lei.

Quando perguntado ao professor se uma lei para regular o setor é mesmo necessária, ele respondeu dizendo o seguinte:

(Continua lendo)

"Não. A Súmula do TST (Tribunal Superior do Trabalho) pacificou na Justiça o consenso de que não se pode terceirizar as atividades-fim. O que acontece é que as empresas não se conformam com esse fato. Não há um problema legal. Já há regulamentação. O que existe são interesses de empresas que desejam aumentar seus lucros."

Então, esse texto do professor é muito importante. Ele diz também o seguinte:

(Continua lendo)

"Hoje o mercado formal de trabalho tem 50 milhões de pessoas com carteira assinada. Dessas, 12 milhões são terceirizadas. Se o projeto for transformado em lei, esse número deve chegar a 30 milhões em quatro ou cinco anos. Estou descontando dessa conta a massa de trabalhadores no serviço público, cuja terceirização é menor, as categorias que de fato obtêm representação sindical forte, que podem minimizar os efeitos da terceirização, e os trabalhadores qualificados." [...]" [sic]

Outra questão que chama a atenção são os acidentes de trabalho. Inclusive, trabalhadores da Celesc afirmam que 80% dos acidentes de trabalho são dos trabalhadores terceirizados, que têm menos especialização, menos preparação e, às vezes, fazem um trabalho para o qual não estão preparados.

Então, não temos dúvida de que esse projeto é ruim para a sociedade e a economia. E sempre

falamos que a economia está vinculada ao poder de compra do salário. Um dos grandes fatores de aquecimento da nossa economia é o salário.

Por isso, estamos apresentando uma moção a ser enviada à Câmara Federal para que reveja a questão da terceirização, a partir de uma mobilização que aconteceu ontem no Brasil todo. E corremos o risco de, nos próximos dias, termos uma greve geral por causa desse projeto.

A grande massa salarial deste país está-se conscientizando de que esse projeto é extremamente prejudicial, e o professor Ruy Braga chama de a maior derrota popular desde o golpe de 1964.

Então, trago esse assunto para se ter uma ideia do impacto dessa lei, porque ela mexe com mais de 50 milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

Por isso, entendemos que o Congresso Nacional deveria, neste momento, discutir outros temas que nos preocupam, conforme dizia o deputado Ismael dos Santos há pouco, como a necessidade de uma reforma política profunda. Não queremos discutir voto distrital; nós queremos uma reforma política que enfrente o tema do financiamento das campanhas de campanha que as empresas fazem para políticos, e que não é somente de Brasília, isso acontece muito perto também.

Então, precisamos discutir esse tema, assim como também a reforma tributária, a reforma agrária e a reforma da mídia no Brasil, porque ela quer ser um poder maior que o político. A mídia, para ter poder maior que os políticos, tem que ter eleição direta e outros meios, inclusive democráticos, para se colocar como representação da sociedade brasileira e dar um rumo na economia, inclusive.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Bom-dia, sr. presidente!

Eu gostaria de registrar a presença, na Casa, do vereador e empresário de Nova Veneza, sr. Vanderlei Luiz Spilere, líder comunitário que trabalha muito no referido município e que vem reivindicar melhorias para a cidade da culinária típica italiana.

Seja bem-vindo a este Parlamento!

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Da mesma forma, a Presidência dá as boas-vindas a esse líder da região sul.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Sr. presidente, também gostaria de registrar a presença, na Casa, do vereador João Paulo Terci, presidente da Câmara de Vereadores de Arroio Trinta; da empresária Jussara Paganini; e também do empresário Gilmar Biava, acompanhado da sua esposa!

É uma alegria receber pessoas que são da minha cidade, onde tive o privilégio de ser prefeito durante dez anos, em dois mandatos.

Por isso, desejo as boas-vindas! É uma honra recebê-los aqui!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Da mesma forma, esta Casa dá as boas-vindas a esses líderes! Quero dizer que estão sendo muito bem representados aqui pelo deputado Natalino Lázare.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente e srs. parlamentares, hoje há um editorial no *Diário Catarinense* defendendo políticas públicas de incentivo à alimentação saudável e atividades físicas.

As pesquisas no mundo inteiro, e no Brasil não é diferente, demonstram que a população vem lentamente aumentando o consumo alimentar e o seu peso. É largamente conhecida também a relação entre a obesidade e uma série de doenças crônicas,

como diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares. E uma série de cânceres também estão relacionados à obesidade.

E isso acontece por vários fatores. No mundo, apesar de haver regiões em que há falta de alimentação, como na África, onde há uma carência alimentar, hoje, como regra, não há falta de alimentos. O que há é a falta de acesso das pessoas à comida por falta de condições, de recursos e de meios de transporte.

O alimento que é produzido no mundo é suficiente, de forma geral, para alimentar as pessoas, mas não foi sempre assim. Até um século atrás, ou até pouco menos, havia falta de alimentos no mundo, mas as pessoas sobreviveram.

No Brasil, a maioria dos descendentes de europeus são pessoas que sobreviveram à obesidade na Europa, em determinado momento histórico, e são resistentes à falta de comida, porque, em determinado momento da história, se a pessoa tivesse dez filhos e cada um só pudesse comer uma batata, aquele que sobrevivesse com uma batata, sobrevivia, e os outros nove não sobreviviam, porque havia somente uma batata para cada um. Portanto, sobreviviam aqueles que, geneticamente, eram mais capazes de resistir à falta de comida.

Isso gerou um quadro que, hoje, é chamado de síndrome metabólica, em que a pessoa tem uma resistência ação da insulina e uma deposição de gordura, fundamentalmente para cima da cintura, em função de precisar de pouca comida.

Então, vivemos um momento em que existe comida em abundância, como regra geral, as geladeiras, as casas e os mercados estão cheios de alimentos.

Eu tenho um escritório na rua Jorge Lacerda, que foi governador do estado e morreu naquele fatídico acidente de São José de Pinhais junto com Nereu Ramos e Leoberto Leal. Lembro bem que antigamente naquela rua não havia lanchonetes, e hoje há oito lanchonetes.

Então, as pessoas, na verdade, estão comendo muito, essa é a regra. Às vezes, as pessoas podem dizer que não comem muito, mas elas comem muito sim, porque elas comparam com os outros ao redor.

Mas como todos estão comendo muito, evidentemente que estão aumentando de peso.

A boa notícia que temos nesse editorial é que a pesquisa demonstra que em Florianópolis temos a melhor situação das capitais pesquisadas, mostrando que temos o menor índice de obesidade. E vejam que é considerado obesidade quando a pessoa tem um Índice de Massa Corporal acima de 30. Hoje existe uma fórmula que divide o peso pela altura ao quadrado, e quando está acima de 30, é considerada obesidade grau um; acima de 35, grau dois; e acima de 40, grau três.

Então, em Florianópolis temos o menor índice, mas no Brasil, nos últimos quatro anos, houve um aumento de 10% para 14% de obesidade, e não estamos falando de sobrepeso, que, às vezes, o número chega a mais de 50%.

Mas a preocupação maior está concentrada na população infantil. Quando se vai às escolas, hoje, percebe-se o importante número de crianças que estão acima do peso. E há uma certa despreocupação do ponto de vista da ação das famílias com isso. Sempre há preocupação emocional - ficamos preocupados quando o filho está acima do peso -, mas há também despreocupação cultural, de hábitos, em que há um superestímulo ao consumo de alimentos.

Sabemos que a saúde, lentamente, vem aumentando os seus custos. O deputado Dalmo Claro, que foi secretário estadual de Saúde, costuma dizer, com muita propriedade, que ao longo dos anos a tecnologia tem avançado muito e proporcionado muitos meios de diagnósticos e tratamentos para doenças, mas que são absolutamente caros.

Deputado Dirceu Dresch - e concordo com v.exa., quando fez referência ao projeto da terceirização -, na saúde é diferente da indústria, onde, às vezes, quer-se diminuir o custo para melhorar a renda das empresas e não do trabalhador. Na saúde, quanto mais aumenta a tecnologia, não há uma diminuição do custo. A tecnologia não aumenta a capacidade de produção, mas aumenta o custo.

E precisamos trabalhar na área de saúde fundamentalmente com aquilo que sempre foi um mantra da saúde, que é a prevenção. E é na prevenção que entram essas questões relacionadas à obesidade e à atividade física. É uma questão cultural, é preciso que haja um programa de governo, mas é preciso incorporar essa questão, porque todos nós estamos comendo muito.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Deputado, reforçando as suas palavras, quero dizer que essa questão da obesidade é, principalmente, cultural. E o tratamento que devemos dar ao obeso é cultural, no sentido de modificação dessa cultura, e também fazer com que haja a mudança de práticas. Na verdade, mudança principalmente de alimentação - e isso é educação -, e temos visto muitas campanhas e orientações em relação a isto.

Mas há também a questão da atividade física. E daí talvez por que Florianópolis esteja na melhor situação entre as capitais, pois é uma cidade privilegiada em termos de espaço para a prática de atividade física. Não necessariamente esporte de autotendimento, mas que as pessoas tenham a atividade física natural, como nadar, praticar esportes náuticos, fazer caminhadas. A Beira-Mar Norte, e todos sabemos disso, é um espaço fantástico, equipado pelo poder público para essa prática. E não vemos isso em outras cidades. Eu acho que os executivos, tanto do estado quanto dos municípios, têm que ter uma atenção para que se dê à população espaços adequados à prática esportiva.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero cumprimentar v.exa. pela pesada fala, como diz o presidente que está presidindo esta sessão. Mas, de fato, é um tema extremamente importante para discutirmos.

Falo sempre na educação. As nossas crianças precisam saber o que significa, para o seu futuro,

o consumo de refrigerantes. Todos nós, hoje buscamos uma vida longa e qualidade de vida. Agora, não conseguimos atacar no centro a questão da alimentação.

Queremos propor, sr. deputado - e já debatemos isso no nosso outro mandato -, criarmos um grupo de trabalho, e aqui temos vários médicos - para discutir essa questão. Os nossos municípios e o governo do estado precisam investir mais na prevenção. Se não atacarmos com a prevenção, nós não vamos ter caixa suficiente, de forma alguma, para sustentarmos toda essa máquina que cada vez fica mais cara.

Parabenizo v.exa., deputado, e nós nos colocamos a sua disposição no sentido de contribuir com esse debate.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Agradeço o aparte de v.exa., deputado Dirceu Dresch.

Realmente, o município de Florianópolis se destaca exatamente pela questão aqui levantada pelo deputado Dalmo Claro, ou seja, que aqui existe um aumento de atividade física em função da geografia da região e da população. Evidentemente que é preciso trabalhar essa questão.

Ontem, tivemos a despedida da modelo brasileira Gisele Bündchen, que desfilou pela última vez, e evidentemente que nem todos precisam ter o corpo da Gisele Bündchen, mas precisamos trabalhar um pouco mais para diminuir o peso de todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

(Pausa)

Com a desistência do PCdoB, os próximos minutos são destinados à Frente Renovação - PSB, PR, PPS.

(Pausa)

Com a desistência da Frente Renovação, os próximos minutos são destinados ao Bloco Social Progressista - PP, PSDB.

Com a palavra o deputado Dr. Vicente Caropreso, do PSDB, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Sr. presidente e srs. parlamentares, trago uma preocupação que nos veio depois de um relatório que chegou, deputado Dalmo Claro, a respeito da situação pela qual passam alguns hospitais estaduais totalmente públicos de Santa Catarina.

Como sabemos, há muito tempo o financiamento desses hospitais é mera e tão somente originários ou do SUS, repasses de AIHs e convênios diretamente com o setor público federal, e também repasse do Tesouro do Estado, o Fundo Estadual de Saúde. Com isso, esses hospitais, por regra, não podem atender pacientes nem por consultas particulares nem por convênios.

Ora, há algumas cidades onde estão sediados hospitais regionais, como, por exemplo, em Ibirama. Nele a taxa de ocupação - inclusive feita pelo dr. Della Giustina, que é assessor da deputada Ana Paula Lima, que fez uma avaliação *in loco*, a pedido do deputado José Milton Scheffer - é em torno de 30%, com o pessoal todo disponível, trabalhando, mas impedido de receber dinheiro de convênios e particulares. Com isso, abre-se uma brecha nas finanças desses hospitais regionais, ocasionando, muitas vezes, um déficit pesado - e está aqui um ex-secretário estadual de Saúde, o dr. Dalmo Claro -, e isso vai impactando contra as contas do Tesouro do Estado, do Fundo Estadual de Saúde. Eles, hoje, se veem já com muita dificuldade de celebrar convênios e fazer outras modificações. E o dia a dia deles é correr atrás para arranjar os fundos necessários para se manter - e sendo muitos hospitais sediados em Florianópolis.

Com isso, eu aviso que vou atrás e ontem já conversei com o dr. Lio Marcos Marin, que agora está deixando o Ministério Público. Porque o Ministério Público é muito taxativo e um cobrador dessa situação: o que é público, tem que ser 100%

público. Porém, há algumas ações e decisões da Justiça. Por exemplo, no Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que é um hospital escola da união, foi liberada a possibilidade de ele atender por convênios e consultas particulares para ajudar na manutenção daquele hospital. Ou seja, já estão abrindo, em alguns estados da nação, a possibilidade de flexibilizar essa postura fechada do Ministério Público, enfim do entendimento aqui em Santa Catarina para que isso aconteça.

Nós entendemos que, se uma pessoa entra para ser atendida pelo SUS, ela tem que ser atendida até o fim pelo SUS; se for por algum plano de saúde, ela tem que ser atendida até o fim pelo plano de saúde; e se for por consulta particular, tem que ser atendida até o fim por consulta particular. Uma pessoa que entra pelo SUS não pode, no decorrer do caminho, passar para outra situação, ou seja, uma diferença de classe. Isso gera, e eu posso dizer aos senhores, como auditor que fui durante algum tempo dentro do Sistema Único de Saúde, muitos problemas e distorção.

Agora, está aberta uma discussão para que possamos avaliar melhor e, quem sabe, até, promover algo a mais para a saúde financeira desse sistema hospitalar público, tanto estadual, municipal e também, por que não dizer, hospitais federais, como o HU em Florianópolis.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Eu gostaria, com a aquiescência do nosso presidente, primeiramente parabenizá-lo por abordar esse tema de extrema importância para Santa Catarina.

Na condição de morador de Ibirama e conhecedor profundo das questões do Hospital Dr. Waldomiro Colautti, umas das 14 unidades geridas pelo estado de Santa Catarina na área da saúde, eu quero me somar ao seu pronunciamento e, se v.exa. me permitir, colocar mais alguns dados para que a sociedade catarinense tenha conhecimento efetivo do que é aquela casa.

Há 40 anos, quando foi construída aquela unidade, ela foi construída com o propósito de atender uma região com 100 mil habitantes, e naquele momento ele cumpriu o seu papel. Ao longo dos anos, por ser uma gestão 100% pública vinculada ao erário estadual, e obviamente às políticas públicas de saúde da secretaria de estado da Saúde, e pela distância também das decisões, acabou perdendo, ao longo dos anos, o seu real objetivo no sentido de atender à população.

Hoje, deputado Dr. Vicente Caropreso - e v.exa. é médico -, aquele hospital detém 65 médicos que estão na escala de plantão. E chega determinado momento em que, às vezes, para o diretor-geral daquela unidade ter um médico para poder fazer o pronto-atendimento no final de semana, ele tem dificuldade.

Então, essa questão recentemente veio à tona na comunidade de Ibirama e região, e eu tenho defendido, até por uma questão de princípios, que aquela unidade que está lá, juntamente com as demais 13 unidades que o estado tem a responsabilidade de gerir, tem que prestar o seu atendimento 100% à comunidade catarinense.

Se para isso tivermos que mudar o modelo de gestão, vamos ter que encarar, sim, e mudaremos o modelo de gestão, até porque é inconcebível que tenhamos mais de 200 funcionários efetivos numa unidade de saúde, e essa unidade não prestar o atendimento decente à comunidade catarinense e, logicamente, daquela região.

Então, quero, através de suas palavras, colocar-me a sua disposição e ser, junto com v.exa., um guerreiro nessa questão. Acho que temos, sim, que conversar com o representante do Ministério Público Estadual, porque não dá para inviabilizar 14 unidades em Santa Catarina, simplesmente porque temos que cumprir a lei na forma como está escrita.

É evidente que, se tivermos que abrir parcerias com o município, com entidades, nós vamos abrir. Afinal de contas, no ano passado foram mais de R\$ 600 milhões, deputado Dalmo

Claro, que esses 14 hospitais consumiram do erário público para atender à comunidade catarinense, e não está surtindo o efeito necessário e desejado.

Então, quero fazer o registro, aproveitando esse tema, de que o secretário da Saúde, João Paulo Kleinubing, tem a sensibilidade, na condição de secretário da Saúde atual, de tentar mudar a gestão dos 14 hospitais. Eu concordo plenamente por quê? Porque, afinal de contas, esses 14 hospitais foram criados com um único objetivo: atender na sua plenitude, inclusive com a sua taxa de ocupação, a sociedade catarinense.

Por isso, quero me somar ao seu pronunciamento e colocar-me a sua disposição porque conheço esse assunto com profundidade. E vamos juntos ao Ministério Público para sensibilizá-lo e, juntamente com a secretaria de estado da Saúde e a Assembleia Legislativa, fazer com que essas 14 unidades de saúde em Santa Catarina prestem o seu serviço.

Eu sei que tomei o seu tempo, mas era muito importante fazer esse registro.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado pela sua colaboração, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não! Ouço o meu companheiro de residência médica.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Deputado Dr. Vicente Caropreso, parabéns por abordar esse tema.

Eu também vou tomar o seu tempo, pois não posso deixar de dizer que, na verdade, o Ministério Público pressionou a secretaria da Saúde do estado de Santa Catarina, há oito anos, e ela acabou assinando um acordo com três ações - e o colega sabe, porque é médico e atuou, e atua, em hospitais - que foram deletérias para o bom funcionamento dos hospitais públicos administrados pelo estado.

A primeira dessas ações foi acabar com o médico credenciado. V.Exa. lembra que um médico, assim como eu e v.exa., atuava em hospital

público, recebia aquele valor mínimo do SUS, mas dava atendimento quando o paciente precisava de uma especialidade. Encerrou-se isso que era quase um trabalho voluntário por parte dos médicos e o atendimento passou a ser feito somente por médicos concursados e contratados. Sendo que, na verdade, isso é muito mais caro e mais difícil de preencher o quadro.

A segunda foi acabar com o pró-labore, que foi um desestímulo à produção dos hospitais estaduais.

E a terceira, e pior de todas para a economia dos hospitais, foi não permitir mais que as pessoas fossem atendidas por convênios naqueles hospitais. Ora, em Santa Catarina, mais de 20% da população têm plano de saúde; em Joinville e Jaraguá do Sul, mais de 40% da população têm plano de saúde. Esses são cidadãos que têm o direito de utilizar os hospitais públicos como qualquer outro. Eu entendo que é um direito constitucional.

E esses hospitais, mesmo sendo proibidos de atender, na verdade, essas pessoas que teriam direito de ser atendidas, acabam atendendo também. O Hospital Infantil de Joinville é um hospital excelente, hoje, e funciona muito bem. E a população, mesmo quem tenha plano de saúde, não vai aos hospitais credenciados, e sim ao Hospital Infantil porque é especializado, de excelente qualidade, com um corpo clínico muito amplo nas subespecialidades da pediatria.

Só que esse hospital fica impedido de cobrar para o estado de Santa Catarina - porque é estadual - a prestação de serviço a essas operadoras de plano de saúde. Quem faz a cobrança é a Agência Nacional de Saúde, que repassa o recurso para o ministério da Saúde. Esse recurso não volta para o estado. As pessoas estão usando os hospitais da mesma maneira, só que não se declaram usuárias do plano de saúde e acabam usando da mesma forma aquele recurso.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizá-lo por trazer esse tema. V.Exa., que é médico, tem noção realmente do que está acontecendo com a saúde em nosso estado.

O tema da saúde é global e temos que ver o que podemos fazer para melhorá-la. E não somente o poder público, mas também a sociedade. E essa é uma maneira de a sociedade participar do poder público. Da maneira como foi aprovado um atendimento particular em Porto Alegre, faz com que se repense o que está acontecendo com a saúde no estado de Santa Catarina.

Parabéns pelo tema, deputado Dr. Vicente Caropreso!

O SR. DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Está aberta, portanto, essa grande discussão na Assembleia Legislativa. Tomara que durante o nosso mandato possamos evoluir, e, se evoluirmos realmente para melhorar a condição financeira dos hospitais públicos do estado, estaremos dando uma grande contribuição para a saúde de todos os catarinenses, pois parte desses recursos que iriam apenas para saldar as dívidas desses hospitais, poderá ser usada para outras finalidades. E isso tudo vai contemplar o povo catarinense, porque, na realidade, quem tem plano de saúde e quer pagar a consulta particular para um hospital público, tem que ter esse direito: "Eu quero pagar para o hospital público os honorários e todas as despesas de atendimento"! Mas isso aqui no estado de Santa Catarina é vetado.

Então, vamos, com paciência, com muita tranquilidade e com firmeza, enfrentar essa dificuldade e dar a nossa contribuição, do nosso ponto de vista, para essa área da Saúde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Antes de passar para o horário do PMDB, quero falar sobre o tema abordado pelo deputado Dr. Vicente Caropreso.

Esse é um tema sobre o qual temos que nos debruçar e debater nesta Casa, por ser de extrema

importância. Isso vai, com certeza, influenciar muito em todas as cidades que têm hospitais.

Esse debate precisa ser ampliado e é preciso que se tome uma decisão. As suas colocações foram de grande valia e alerta sobre o Sistema Único de Saúde de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Luiz Fernando Vampiro - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Quero registrar a presença, nesta Casa, do prefeito de Forquilha, Vanderlei Alexandre, que sempre está na nossa capital atrás de ações importantes para o seu município, que é um dos que mais crescem em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Eu também quero anunciar a presença do prefeito do município de Itapema, Rodrigo Costa, e do secretário de Agricultura e Pesca daquele município, Elias Severino. O prefeito veio à capital para divulgar a II Festa Tradicional das Raízes, do querido município de Itapema, e futuramente, prefeito, v.exa. poderá divulgar essa festa neste plenário.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o meu amigo deputado Manoel Mota, um dos guerreiros da luta pela BR-101 na região sul.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - O eminente deputado Romildo Titon pediu para utilizar a tribuna no horário do partido, mas, enquanto ele não chega, eu vou usar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado, v.exa. terá o tempo de 15 minutos, que depois poderá ser dividido com o deputado Romildo Titon.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero, neste instante, cumprimentar o sr. presidente, deputado Leonel Pavan, e os srs. deputados e as sras.

deputadas. É muito bom poder voltar a esta Casa para fazer registros importantes e fundamentais.

Já foi marcada três ou quatro vezes a data de inauguração da Ponte Anita Garibaldi, mas me parece que no dia 15 de maio será para valer a inauguração daquela ponte. Já não é a primeira vez que foi marcada a data, mas agora acho que é a data oficial.

Essa é uma obra pela qual se lutou a vida toda, é uma obra que vai trazer muitos benefícios à região. Hoje, existe um transtorno muito grande, porque em qualquer feriado formam-se filas de 10km, 12km ou 15km, e isso deixa os motoristas nervosos. Mas agora é para valer e no dia 15 de maio vamos ter a inauguração da Ponte Anita Garibaldi!

Também gostaria de dizer, nesta tribuna, que vou pedir ao Tribunal de Contas da União um levantamento, pois quero ver a espessura, caro presidente, das obras da BR-101. Não é questão de governo, mas, sim, que uma empresa fiscalizou, ganhou milhões e a obra não tem a espessura necessária que tinha quando foi licitada. Ela está-se desmanchando, tendo que ser reformada a todo instante.

Então, é preciso tomar essas medidas, porque são fundamentais para se fazer com que o dinheiro que foi investido nessa obra seja realmente usado com transparência e com muita seriedade. Eu não posso acusar o governo, porque foi ele que contratou uma empresa, e pagou caro, para fiscalizar e acompanhar a obra.

Agora, se a obra não tem qualidade, é porque a empresa não fiscalizou. O projeto de engenharia da BR-101 é de primeiro mundo, mas a obra deve ser de décimo mundo, porque não tem qualidade nenhuma. Há lugares em que a obra nem foi entregue e já tiveram que reformar três vezes.

Então, nós, que conhecemos um pouco de pavimentação de estrada, não podemos aceitar isso e ficar de braços cruzados. Temos ainda muitos problemas, porque além dessa obra sem qualidade, há o problema da ponte e o do Morro do Formigão. O túnel está pronto, mas agora será preciso fazer

outra ponte para passar por Tubarão. Não adiantou nada fazer o túnel.

Então, a falta de planejamento é muito grande nas estradas de Santa Catarina. Por isso, temos que acompanhar, pedir e implorar para que possamos ter alguma garantia de que o dinheiro investido seja utilizado em obras de qualidade para a sociedade poder transitar de norte a sul, de sul ao norte, com segurança e tranquilidade.

Por isso, eu, que lutei tanto, que respondo ainda na Justiça por aquela paralisação por causa da obra, acho uma falta de competência. A ordem de serviço veio através de Luiz Inácio Lula da Silva e de lá para cá a obra vem andando. Uma empresa recebeu, com certeza, uma fortuna para acompanhar e fiscalizar a obra, e o que fizeram? A obra está-se desmanchando e cada vez que chove forte fica tudo esburacado, porque não há qualidade. O asfalto está afundando e daqui a pouco não precisaremos nem de motorista, porque o caminhão vai ficar no trilho.

É preciso, sim, lutar e fazer alguma coisa para resolver o problema. E, pensando nisso, irei a Brasília pedir aos deputados integrantes do Fórum Catarinense que intercedam para que o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União venham fazer a inspeção desse asfalto e responsabilizar quem quer que seja, mas alguém tem que responder por isso!

Não podemos permitir que o dinheiro de toda população, investido nessa obra, que representa tanto para o sul do estado, seja jogado fora dessa maneira e o povo tratado com tanto descaso.

Por isso, quero registrar esse problema e continuar lutando por essa obra tão importante. Para chegarmos aonde chegamos, foi uma luta de muitos anos. No sul do estado, temos a Serra do Faxinal, a serra das pererecas, que custaria R\$ 27 milhões. Mas uma procuradora entrou com uma ação por causa das pererecas. Ganhamos a ação e agora a obra está custando R\$ 64 milhões. E quem vai pagar por isso é o povo novamente.

Foi entregue a ordem de serviço para a BR-285, em Timbé do Sul, há um ano, e até agora a obra ainda não foi iniciada.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero cumprimentar v.exa. pelo seu pronunciamento.

Entendo que o seu discurso tem que ser dividido em duas grandes linhas. A primeira, sobre essa bela obra que está sendo entregue para a região sul de Santa Catarina, que sempre foi uma região muito deprimida economicamente, pela dificuldade do transporte e de localização, e logo será feita a integração ferroviária com a BR-101.

Então, esse belo investimento, e agora a ponte, com certeza trará mais qualidade de vida para a população da região sul.

Outro assunto que v.exa. levantou com muita propriedade foi a questão da boa aplicação do dinheiro público e do engodo, porque já estamos desde o início com várias empresas que não cumpriram contratos, que fizeram sacanagem com a lei da licitação inclusive do Brasil, que tem esses vácuos das empresas que assumem uma obra e depois não cumprem o prazo, ou assumem uma obra e o serviço não tem qualidade.

Então, a avaliação de v.exa. está correta e temos que cobrar dessas empresas o que assumiram na licitação, ou seja, fazer uma obra com qualidade.

Temos, primeiro, que comemorar com a região esse belo investimento, mas também fiscalizar, sim, porque esse é o nosso papel como parlamentar.

Cumprimento v.exa., nobre deputado, e faço o reconhecimento na perspectiva dos investimentos que, com certeza, darão nova injeção de ânimo para a região.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

A empresa que ganhou a licitação tinha o compromisso de fazer a obra dentro das especificações e com qualidade. E hoje temos a empresa que constrói a obra e a que a fiscaliza,

que acompanha passo a passo o que está sendo feito. Gostaria de saber onde estava essa empresa que fiscaliza, porque temos locais que já foram recuperados pela terceira vez.

Então, a obra não tem qualidade e as empresas ganharam bilhões, porque não investiram na obra. E responsabilizo a empresa que foi contratada para fiscalizar, que também ganhou milhões e não fez nada! Acho que fizeram de conta que fiscalizaram para receber o dinheiro.

Srs. deputados, não podemos ficar de braços cruzados nesta Casa vendo tudo isso acontecer. Eu, que estou no sétimo mandato sempre lutando com ética, responsabilidade, lealdade ao dinheiro público e ao povo de Santa Catarina, não posso aceitar essa situação, não posso aceitar que uma obra que custa R\$ 4 bilhões não tenha qualidade.

A Ponte de Laguna é um presente, uma obra de arte, e não podemos criticar, porque não temos como avaliar ainda. Estou criticando a pavimentação asfáltica da BR-101 no sul do estado. Empresas ganharam aditivos e mais aditivos, não terminaram a obra, foram embora e continuam trabalhando com outras obras públicas.

Então, está na hora de, no Brasil, tomarmos medidas mais sérias com relação a essas empresas, e mais voltadas para os interesses da sociedade, dos recursos públicos, porque o povo paga muito caro os impostos para ter obras de qualidade.

O projeto de engenharia da obra é lindo, mas está tudo mal feito. Os retornos estão péssimos, a cobertura do asfalto é de má qualidade e assim por diante.

Portanto, quero pedir aos deputados a formação de uma comissão para ir a Brasília pedir que seja feita uma vistoria, *in loco*, na obra pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas da União. Precisamos valorizar o que temos, que é o bem público deste país, e valorizar os recursos investidos.

Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, quero convidar todos para a inauguração da Ponte Anita Garibaldi, que espero que aconteça no dia 15 de maio. Mas estou convidando também os

deputados deste Parlamento para fiscalizarem a BR-101. Vamos colocar um ônibus na frente desta Casa e uma comissão irá até lá para fazer uma avaliação e ver se isso que estou falando aqui é verdade ou não. O povo nos cobra, lutamos tanto por essa obra e agora é somente buracos!

Então, quero deixar registrada a minha indignação com relação a essa obra. A nossa luta vai continuar com garra, determinação, responsabilidade e lealdade com o povo e a região que me elegeu pela sétima vez, e quero cumprir o meu mandato com muito trabalho e dedicação.

Sr. presidente, depois quero fazer um encaminhamento no sentido de criarmos essa comissão para fazer uma visita e avaliar a situação da obra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Deputado Manoel Mota, ninguém duvida dessa sua bravura! V.Exa., como sempre, foi um grande lutador pela duplicação da BR-101. Hoje demonstra que tem todo o envolvimento e o reconhecimento deste Parlamento.

Quero dizer que v.exa. pode não conhecer de asfalto, mas de estrada v.exa. conhece muito bem. Conte conosco!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar, com satisfação, a presença na nossa Casa, no dia de hoje, do vereador Levi Rioschi, de Joinville. Ele, que é o primeiro-secretário Câmara de Vereadores e um líder comunitário de grande importância na nossa cidade, veio participar de uma audiência na secretária da Saúde, com certeza buscando recursos para a nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Da mesma forma, vereador Levi Rioschi, esta Casa o recebe de braços abertos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDS.

Com a palavra o deputado Jean Kuhlmann, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, srs. parlamentares, público que nos acompanha nesta Casa e também pela TVAL e Rádio Alesc Digital, meus cumprimentos a todos!

Gostaria, sr. presidente, antes de entrar no tema que me traz à tribuna nesta manhã, primeiro, de fazer um agradecimento ao presidente da Celesc, que esteve recentemente no município de Blumenau fazendo uma visita às entidades empresariais e à nossa cidade. Ele trouxe uma novidade muito positiva, que é a questão do início, provavelmente já neste mês ou no mais tardar no mês que vem, da obra de construção da nova subestação da Celesc em Blumenau.

Trata-se de uma subestação que será feita nas margens da BR-470, com investimentos de, aproximadamente, R\$ 12,5 milhões, e que irá atender cerca de 40 mil consumidores da região norte de Blumenau. É uma obra muito importante não apenas para as pessoas que moram na região norte do município de Blumenau, mas também para quem quer fortalecer a sua empresa, através da geração de empregos e renda às pessoas que moram naquela região.

Então, será muito importante tanto para famílias que moram lá, como também para as empresas, que vão poder expandir os seus investimentos, e também para que a região possa ter novas empresas naquele local. E até porque é na região norte, srs. parlamentares, que se projeta o futuro do crescimento da cidade de Blumenau, uma vez que é uma região mais livre da questão de cheias, próxima à BR-470 e próxima à SC-108, que, inclusive, está com investimento com ordem do governo do estado. E agora estamos cobrando o novo decreto de desapropriação das áreas para que as obras também possam iniciar. Ou seja, são grandes investimentos naquela região.

E essa subestação da Celesc, anunciada pelo presidente da Celesc, sr. Cleveson Siewert, é muito importante para Blumenau e toda a região norte.

Por isso, quero agradecê-lo, pois é um investimento muito importante. Espero, assim que iniciarem essas obras - e o prazo de previsão da conclusão da obra é de um ano -, que realmente a Celesc possa cumprir a pontualidade da forma como vem trabalhando para que possamos realmente, dentro de um prazo de um ano, ter essa obra concluída para atender à comunidade da região norte.

Também quero, sr. presidente e srs. parlamentares, falar um pouco da minha ida, junto com o deputado Ismael dos Santos, ontem a Brasília para participar de uma audiência, que foi agendada pelo secretário de Saúde do estado, o deputado federal João Paulo Kleinübing, com o ministro das Cidades, em que um dos assuntos abordados foi a questão do município de Gaspar, sendo que foi falado sobre a possibilidade de buscar recursos no ministério para o contorno de Gaspar, um pedido já feito pelo governador Raimundo Colombo.

Numa segunda audiência com o prefeito Napoleão Bernardes, de Blumenau, o ministro nos atendeu de forma brilhante. Quero dizer, deputado Romildo Titon, que nunca vi um ministro atender tão bem uma comitiva. Ele foi muito receptivo e perguntou o que Blumenau precisava nas áreas de saneamento e habitação, colocando-se à disposição. Inclusive, assumiu o compromisso de tentar atender o município na questão da ampliação das estações de tratamento de água e buscar a possibilidade de conseguir novas residências do Minha Casa, Minha Vida para o município de Blumenau.

Mas chegou um certo momento em que o ministro pediu a participação do sr. Dario Lopes, que é secretário Nacional de Transportes e da Mobilidade Urbana do ministério. E naquele momento fiquei muito preocupado, deputado Gean Loureiro - e v.exa. já foi vereador e candidato a prefeito -, porque, num determinado momento, o secretário

Dario Lopes perguntou se o município de Blumenau já tinha feito o seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana, que, segundo a Lei n. 12.587, cada município tem três anos para fazer esse plano, e esse plano deveria ter sido concluído no último dia 12 de abril. A minha surpresa foi que, infelizmente, Blumenau ainda não tinha feito o seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana. E aí, com isso, Blumenau pode continuar recebendo os financiamentos já existentes, mas não pode receber novos investimentos.

A lei é muito clara quando diz que os municípios acima de 20 mil habitantes devem fazer o seu plano. E esse plano, sr. presidente e srs. deputados, na verdade, pertence à política nacional de mobilidade urbana, que é um instrumento de política e de desenvolvimento urbano tratado pela lei. Ou seja, ele quer regulamentar essa questão do desenvolvimento urbano da cidade junto com o Plano Diretor, junto com a questão do transporte coletivo. Prevê o futuro e o crescimento das cidades acima de 20 mil habitantes no país, e é fundamental.

Srs. deputados, trago essa questão à tribuna porque acho que todos os srs. parlamentares têm que ter conhecimento disso e dizer aos seus prefeitos que, a partir do dia 12 de abril, para conseguirem novos recursos do ministério das Cidades, na área de mobilidade urbana, é importante que o município tenha o seu plano aprovado. É fundamental que esse plano tenha sido aprovado, porque senão o município não conseguirá novos recursos.

E, para nossa surpresa, Blumenau não tem o seu plano aprovado, e enquanto não tiver o seu plano aprovado, não conseguirá ter acesso a novos recursos na área de mobilidade urbana, o que é muito importante, já que a cidade vive um caos na questão do trânsito, tendo dificuldade de fazer a ampliação dos corredores de ônibus. E para tudo isso ela precisa dos recursos lá de Brasília, do ministério das Cidades.

O ministro está à disposição, o deputado federal João Paulo Kleinübing, secretário da

Saúde, levou o prefeito até lá para ser atendido e conseguir recursos, mas, infelizmente, por mais que se queira ajudar, enquanto a prefeitura não fizer a sua parte e cumprir com a obrigação legal de fazer o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, não podemos ajudar com mais recursos do ministério das Cidades na área de mobilidade urbana.

O Sr. Deputado Gean Loureiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Gean Loureiro - Quero, inicialmente, cumprimentar v.exa., deputado Jean Kuhlmann, por trazer para o debate a importância dos municípios de terem o seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana.

O histórico vem demonstrando que as ações estão sendo realizadas com base no achismo, na interpretação do secretário de plantão, muitas vezes prejudicando ainda mais a mobilidade urbana.

Nós estamos conduzindo a Frente Parlamentar de Mobilidade Urbana da Grande Florianópolis. Não é exclusividade de Blumenau não ter o seu plano, há outra capital no sul do Brasil que também ainda não o tem. Então, Blumenau, talvez, esteja equiparada a outra capital que também tem essa característica.

E o que acontece quando não se tem isso? Tomam-se decisões pensando em ajudar, e algumas cabeças iluminadas trazem um problema ainda maior. Quem é de Florianópolis sabe que a inversão da avenida Trompowsky trancou todo o trânsito no centro da cidade, numa decisão isolada, que o próprio Conselho Regional de Engenharia notificou para entender quem era o engenheiro responsável.

Ou seja, não se transita mais na rua Bocaiuva, quem quer ter acesso à rua São Jorge, hoje, é impossível. Portanto, trancou-se toda a estrutura do centro da cidade com a mudança de uma via pública, que decidiram sozinhos, que não discutiram com a sociedade. Está havendo uma revolta, muitos comércios foram inviabilizados e dizem que se tem que pensar no coletivo e não no contexto de quem mora no centro da cidade. Afetou essencialmente quem mora no centro da cidade, quem

vem para o centro da cidade, quem sai da Beira-Mar Norte. As filas trancaram totalmente o trânsito, e isso porque duplicaram uma via com mão única, que dá acesso a outra que tem somente uma via. Ou seja, somente espalhou a fila que havia e trancou todo o centro da cidade.

Desculpe se estamos-nos intrometendo e trazendo um problema de Florianópolis, mas estamos pensando em buscar recursos federais, e para isso o município tem que fazer o seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana. Mas, muito mais do que ter o seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana, o que o governo federal quer é que não cometam essas atitudes sem o diálogo com a sociedade, vindo de uma mente iluminada que tranca a cidade inteira. Não aguentamos mais gente que tranca as ruas! Tem que ser gente que libere as ruas de Florianópolis!

Obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - É justamente nesse sentido, deputado Gean Loureiro, que o secretário nacional colocou, de forma muito clara, que qualquer projeto novo no ministério das Cidades, na área de mobilidade urbana, precisa ter o Plano Municipal de Mobilidade Urbana aprovado e acompanhar esse projeto. E até para que possa orientar as emendas dos deputados federais e as emendas da bancada catarinense. Qualquer bancada, qualquer deputado federal vai fazer uma emenda na área de mobilidade, ele tem que fazer uma emenda daquilo que está incluído no Plano Municipal de Mobilidade Urbana para justamente, deputado Gean Loureiro, não acontecer o que v.exa. falou: algumas mentes iluminadas acharem que são donas da verdade e podem decidir o destino do trânsito de uma cidade. Isso tem que ser discutido de forma ampla e por isso que eu concordo com essa decisão de atrelar os novos recursos ao plano e fazer com que ele realmente seja feito com uma visão de longo prazo.

É uma pena que no caso de Blumenau a prefeitura teve três anos para fazer, não fez, recebeu um projeto na época chamado Projeto Blumenau 2050, e praticamente o jogou na lata do lixo, ignorando o que já estava projetado.

Então, o caso de Blumenau é pior ainda, além de não fazer a sua parte, ignorou aquilo que tinha sido feito pela sociedade anteriormente. Ou seja, puro egoísmo político.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Jean Kuhlmann, não poderia ficar calado, depois de ouvir o deputado Gean Loureiro, quando falou em mentes iluminadas que acabaram decidindo o que vai acontecer.

Em Joinville existe a rua Iririu, na região do Hospital Regional - e lá em Joinville cada bairro é uma cidade. E uma mente iluminada, com o apoio do prefeito Udo Döhler, fez com que fosse mudado o sentido da rua Iririu, o que acabou trancando todo o trânsito. Agora, para se chegar ao Hospital Regional pela rua Iririu a pessoa tem que usar o GPS. Mas, o pior de tudo, é que a prefeitura não passou ainda orientação nova das mudanças e o GPS fica dizendo: "Recalculando, recalculando", e no final só falta ele dizer: "Fala com o Udo porque eu também não sei chegar". Por quê? Porque uma mente iluminada fez aquilo tudo errado!

Vejam que - e o deputado Gean Loureiro falou da tribuna que a mudança trancou o trânsito - não é somente a questão do trânsito. Existe um mercado, o Lageano, na rua Iririu, há 40 anos, que teve uma perda de R\$ 200 mil por mês no faturamento, porque as pessoas não conseguem mais chegar ao mercado para comprar!

Então, existe toda uma preocupação e quero parabenizá-lo por trazer, nesta manhã, este debate.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Obrigado, deputado Kennedy Nunes! V.Exa. já trouxe outro foco que faz parte do conjunto, deputado.

Quando discutimos o planejamento de uma cidade, não discutimos apenas a questão de uma rua, do sentido dela, se vai passar carro ou se vai passar ônibus. Estamos discutindo a vida das

pessoas! E quando queremos planejar, temos que planejar para garantir desenvolvimento sustentável e qualidade de vida para o ciclista, a pessoa que usa o carro, os usuários de ônibus, a pessoa que anda a pé, a pessoa que tem um comércio. Por isso que o planejamento é fundamental. E uma cidade que não planeja e não se organiza, não pensa nas pessoas que moram nela.

Infelizmente, ontem fiquei muito preocupado e espero, de coração, que o prefeito Napoleão Bernardes faça a sua obrigação e que este pronunciamento, srs. parlamentares, sirva de alerta a todos os prefeitos de Santa Catarina, numa cidade com mais de 20 mil habitantes, porque a lei é clara e diz, num determinado momento, que o Plano Municipal de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao Plano Diretor do Município - ou seja, é uma questão mais complexa. E os municípios que não elaborarem o seu plano na data da promulgação dessa lei, dentro do prazo, ficam impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana na sua cidade.

É lamentável isso e espero realmente que sirva de recado a todos os prefeitos de Santa Catarina, numa cidade com mais de 20 mil habitantes, para que tenhamos a mobilidade urbana.

Então, quero agradecer os apartes dos srs. parlamentares e trazer esta preocupação: prefeitos de municípios com mais de 20 mil habitantes, façam o seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana para o bem da cidade, do desenvolvimento, do crescimento e, acima de tudo, pela qualidade de vida dos moradores. E que eu presenciei, ontem, ao chegar lá para pedir recurso, e o cidadão perguntar onde está o seu Plano Municipal de Mobilidade Urbana e o município não ter feito o seu dever de casa, foi passar por esse constrangimento.

Blumenau não precisa desse tipo de atitude. Blumenau, recentemente, perdeu R\$ 20 milhões do Juro Zero, por não ter apresentado os projetos no prazo correto. Infelizmente, Blumenau trocou, deputado Gean Loureiro, um financiamento de R\$ 20 milhões a juro zero, por um financiamento de R\$ 20 milhões em que vai pagar R\$ 8,7 milhões de juros!

O estado ia absorver esses juro e agora quem vai pagar é o povo de Blumenau, infelizmente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Eu gostaria de cumprimentar o eminente deputado Jean Kuhlmann pelo seu pronunciamento, e dizer que realmente temos que nos preocupar com essa questão da mobilidade urbana. Cada viagem que nós, deputados estaduais, fazemos à capital federal é justamente para buscar informação para a Assembleia Legislativa, os municípios e as regiões.

Então, cumprimento v. exa. por trazer esse tema que é do momento. Acho que as prefeituras têm que estar atentas ao seu papel, até porque não adianta depois brigarmos politicamente com a força política, se a prefeitura não fez o dever de casa.

Parabéns, deputado Jean Kuhlmann, pelo seu pronunciamento.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero saudar o sr. presidente, os srs. parlamentares e todos aqueles que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Eu falei, em Explicação Pessoal, que iria trazer algumas questões que estão na pauta política de Santa Catarina e na pauta da sociedade catarinense, no que diz respeito à situação das políticas públicas do estado.

Exemplifico isso com duas audiências públicas que vamos realizar no dia 23 de abril, em Pinhalzinho, solicitada pela Câmara de Vereadores, a respeito da preocupante situação da segurança pública daquele município. E no dia 27 de abril estaremos em Caibi discutindo esse tema. O oeste está apavorado, assim como também muitos municípios de Santa Catarina, com o tema da segurança.

Então, as coisas não estão tranquilas em Santa Catarina, e isso é extremamente preocupante. Estamos, inclusive, com mais uma ameaça de estado de greve dos agentes prisionais; temos a greve dos trabalhadores da Educação, que clamam por justiça.

Ontem, na comissão de Finanças e Tributação, debatemos sobre a qualidade e a segurança das nossas escolas, pois há problemas gravíssimos em várias escolas, inclusive com processo de interdição.

Conversamos, há pouco, com o deputado Dalmo Claro, que levantou a questão da saúde pública no estado. Eu estou fazendo um levantamento, deputado Dalmo Claro, sobre a situação dos hospitais. O Hospital Regional de Chapecó suspendeu a realização de cirurgias desde outubro do ano passado, sob a alegação de que o estado não está repassando as parcelas que deve aos hospitais.

Então, é muito preocupante! Além disso, temos várias situações de incompetência. Temos máquinas, deputado Luiz Fernando Vampiro, paradas na secretaria da Agricultura desde o ano passado. O secretário anterior teve belas máquinas para perfurar poços artesianos e essas máquinas estão lá encalhadas desde o ano passado. Parece-me que o novo secretário está dando um encaminhamento, recebi essa informação na semana passada.

Há o problema das cisternas, que já levantei aqui, e, inclusive, já estão no Ministério Público recursos que vieram para Santa Catarina para as famílias de baixa renda construírem cisternas para ter água durante a estiagem. Os produtos estão encalhados no oeste, a região mais atingida.

Então, era esse tema que queria abordar nesta tribuna. E também quero aproveitar para indagar ao sr. governador, mais uma vez, a respeito das secretarias Regionais de Santa Catarina, que já gastaram, na última década, mais de R\$ 2,5 bilhões somente com salários e custeio. Desde 2011 os gastos de manutenção foram maiores que os investimentos feitos pelas secretarias de Desenvolvimento Regionais. A estrutura é pesada, há excesso de cargo: diretor-geral e gerente. Só na Regional de Chapecó, são 12 gerências, além do

secretário regional, da assessoria de gabinete, jurídica e de comunicação. É um custo pesado.

Questionamos o uso político desde o seu início. Portanto, temos 1.698 servidores, sendo que 863, ou seja, 50,8%, têm filiação partidária. Questionamos também a sua eficiência. Segundo as próprias SDRs, o foco de auditoria especial foi finalizado pelo Tribunal de Contas do estado de Santa Catarina - TCE -, que, no seu relatório técnico, pediu a redução do número de secretarias. O TCE também indicou problemas na execução orçamentária e na capacidade de investimento.

A auditoria confirmou o alto custo da manutenção das estruturas, comparado com a baixa aplicação de recursos nas áreas essenciais: saúde e educação.

Já em uma pesquisa em 2013, economistas das universidades estadual e federal de Santa Catarina também apontam que as SDRs não descentralizam os recursos do governo. O custeio das SDRs é o dinheiro que falta para educação, saúde, segurança pública e agricultura familiar.

Defendemos a redução das SDRs. O estado não pode manter essa estrutura que se mostra inoperante, se o estado nunca cumpriu o mínimo constitucional para a manutenção do desenvolvimento do ensino. Somente nestes cinco anos, R\$ 1,2 bilhão deixou de ser aplicado na Educação, porque o estado não cumpriu o mínimo constitucional. Isso, inclusive, é um problema gravíssimo em nosso estado.

Defendemos a redução e a rediscussão das SDRs, pois o estado nunca cumpriu o estabelecido na Constituição de Santa Catarina para a aplicação em ensino superior também, conhecido como art. 170. Segundo o relatório do Tribunal de Contas, entre 2008 e 2012 R\$ 413.079.000,00 deixaram de ser aplicados na formação universitária.

Portanto, não estamos investindo o mínimo necessário na educação básica do estado de Santa Catarina, e também não estamos investindo, conforme diz a lei do art. 170, em formação universitária em nosso estado. E além dos temas que já citei, como a aplicação na Saúde.

Então, desde a época do Senado, deputado Serafim Venzon, o governador já vem trazendo esse tema das secretarias Regionais, que não cumprem com a sua função. E por isso elas têm que ser extintas ou reduzidas, urgentemente, porque o próprio Tribunal de Contas, as Universidades Federal e Estadual de Santa Catarina fizeram pesquisa e todos trazem dois grandes temas: primeiro, que se gasta mais com estrutura do que com investimento; e, segundo, que não se cumpre a Constituição do Estado de Santa Catarina e a lei, aplicando os recursos mínimos na Saúde e na Educação.

Por isso, há um grande processo que pode ser mudado no sentido de ampliar os recursos para as atividades básicas do estado: educação, saúde e segurança.

Então, eu volto a esta tribuna, hoje, para cobrar, porque as informações do próprio secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, dizem que temos R\$ 600 milhões para investimentos em Santa Catarina. Portanto, somente as secretarias Regionais logo, logo vão gastar isso para se manterem.

Assim, é totalmente incabível essa lógica que se construiu no estado, e é preciso ter coragem para enfrentar esse debate e mudar essa realidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço a manifestação de v.exa., deputado Dirceu Dresch.

Evidentemente esta é a Casa do contraditório. Reconheço as suas colocações, mas a minha opinião com relação a esse tema é totalmente divergente da apresentada por v.exa. e, oportunamente, vou fazer as manifestações que entendo pertinentes.

Mas, de qualquer forma, agradeço as colocações do eminente deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o dr. Mário Gentil Costa, que foi, inclusive, meu professor e professor de mais de três mil médicos em Santa Catarina, e já escreveu vários livros. Ele está aqui nesta Casa acompanhado do secretário-adjunto da Saúde, dr. Murilo Capella, também professor de mais de quatro mil médicos de Santa Catarina. Eles vieram me trazer de presente um livro que o professor Mario Gentil Costa escreveu e que, posteriormente, será lançado na Casa.

Em segundo lugar, sr. presidente, quero fazer uma manifestação de apoio ao diretor do Hospital Azambuja, Fabiano Amorim -, sobre a questão do DPVAT - e já falei desse assunto em algumas sessões anteriores. O Hospital Azambuja, como todos os hospitais de Santa Catarina, tem problemas de recursos. Aquilo que o SUS paga é insuficiente para a manutenção do hospital. E ele busca de várias maneiras: convênios com Unimed, particular, e outra parte que se busca é o recurso do DPVAT. Essa semana o diretor do hospital foi chamado pelo Ministério Público como um criminoso. E isso por quê? Porque ele encontrou uma maneira de usar o DPVAT para cobrir os custos de pacientes vítimas de acidentes de trânsito.

Eu estou fazendo esse movimento de conscientização, pedindo o apoio aos nobres deputados para cada um ver na sua região. Todos nós somos obrigados a pagar o DPVAT, e depois, quem tenta usar, acaba entrando na lista dos criminosos.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, gostaria apenas de fazer o registro da presença na Casa do meu amigo pessoal e ex-vereador do município de Blumenau, Ângelo Roncaglio, acompanhado do seu filho Ricardo. O Ângelo foi vereador há 12 anos, no município de Blumenau, e

naquela época fez quase quatro mil votos para vereador naquele município.

Por isso, não poderia deixar de registrar a presença dele que, com certeza, foi um dos vereadores mais votados da história de Blumenau, extremamente atuante. E quem sabe um dia volte para a Câmara de Vereadores de Blumenau, ou até para esta Casa.

Muito obrigado pela presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Fica registrada a manifestação do eminente deputado Jean Kuhlmann.

O Sr. Deputado Natalino Lázare - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Natalino Lázare.

O SR. DEPUTADO NATALINO LÁZARE - Também gostaria, sr. presidente, de fazer o registro muito especial, da presença do prefeito de Herval do Oeste, Nelson Guindani, e do ex-prefeito de Treze Tílias, Romeu Rabuski.

Elas são duas cidades lindas! Treze Tílias é uma das mais bonitas do Brasil e Herval do Oeste é uma cidade progressista. É o meio-oeste de Santa Catarina presente aqui. Certamente, é uma honra para nós fazermos este registro neste momento, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Fica registrada a manifestação do eminente deputado Natalino Lázare.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0662/2014.

Comunica, outrossim, que a comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0400/2014.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0008/2015.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0570/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará ao destinatário a Indicação n. 0247/2015, de autoria do deputado Patrício Destro, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0264/2015, 0265/2015 e 0266/2015, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0267/2015, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0268/2015, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0269/2015, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0270/2015, de autoria do deputado Cleiton Salvaro.

Moção n. 0033/2015, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e demais autoridades, manifestando apoio para a aprovação do Projeto de Lei n. 870/15, que revoga o Capítulo III, do Título V, da CLT, que trata da Constituição Sindical.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0038/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviada aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, ao Coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional e ao relator do PL 4330/04, manifestando preocupação e apelando pela rejeição ou retirada de pauta do Projeto de Lei n. 4330/04, que dispõe

sobre o Contrato de Prestação de Serviço a Terceiros e as relações de trabalho decorrentes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0087/2015, de autoria do deputado Leonel Pavan, a ser enviado ao secretário de Infraestrutura, solicitando informações acerca da manutenção da Rodovia SC-414-II, conhecida como Transbeto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0088/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes ao aporte financeiro e científico destinado às comunidades terapêuticas desde o início de vigência do Programa Reviver.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0089/2015, de autoria do deputado Dirceu Dresch, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações acerca da Política Estadual de Serviços Ambientais e do Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Esta Presidência vai suspender a sessão por um período de dez minutos, acatando o requerimento que está sobre a mesa:

(Passa a ler.)

"Sr. presidente,

Os Líderes abaixo subscritos, requerem a Vossa Excelência, com amparo no Regimento desta Assembleia Legislativa, a suspensão por dez minutos, após a Ordem do Dia, do dia 16 de abril do corrente ano, para a manifestação do sr. Lucimar Antônio Salmória, prefeito de Abdon Batista, que deseja convidar os nobres deputados para a festa de aniversário do município." [sic]

Portanto, está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Leonel Pavan, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sr. presidente e srs. deputados, quero aqui me referir à nova indicação da presidente Dilma Rousseff para o Supremo Tribunal Federal, que vem causando burburinhos e provocado algumas discussões em virtude de uma manifestação feita por um homem civil, uma pessoa que tem o mesmo direito que qualquer outra de se manifestar.

O que estamos vendo nas redes sociais é que o advogado Luiz Edson Fachin, professor federal do Paraná, foi indicado para a vaga de ministro do Supremo Tribunal Federal. E a indicação do jurista paranaense terá ainda que ser aprovada no Senado federal. E, se aprovada, ele irá substituir Joaquim Barbosa, que se aposentou. E o ex-ministro

Joaquim Barbosa marcou presença no Brasil, pela sua firmeza e atuação reconhecida no Brasil e no mundo inteiro.

Quero dizer que esses comentários que circulam na mídia, ou seja, que a sua indicação poderia beneficiar partido "a" ou partido "b", não têm fundamento.

Eu sou do PSDB, já fui deputado federal e senador, e na comissão da qual eu participei por diversas vezes discutimos indicações de ministros. Mas levantar suspeita de um homem que vai exercer um papel fundamental, de grande importância, somente porque fez um depoimento favorável à candidatura de Dilma Rousseff, seria prematuro e desleal. O que vale agora é a competência, a formação, o caráter e a dignidade, e acho que isso não falta ao novo ministro, que certamente será aprovado, o dr. Luiz Edson Fachin, que é do sul do país, do Paraná.

Os Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo são independentes. Todos nós temos o direito de escolher o nome que desejamos, em quem devemos votar. Quando ele se manifestou, era advogado. Mas se manifestar favoravelmente a alguém, não quer dizer que depois, ao exercer uma função importante como essa, ele tenha que dizer que estará lá para defender a pessoa que defendeu no passado.

Então, quero deixar isso registrado aqui, como peessedebista. E se eu lá estivesse, iria olhar o seu currículo, a sua história e o seu caráter. Pelo que tenho conhecimento, isso não falta no futuro ministro e advogado Luiz Edson Fachin.

Esperamos que o PSDB faça os seus questionamentos, mas não o julgue apenas pela sua manifestação. Acho justíssima a sua indicação, e quero deixar isso registrado, em nome do meu partido.

Quero também falar sobre a segurança neste estado. Não há um município em Santa Catarina que não pleiteie mais policiais, bem como viaturas e mais segurança. Mas não existem policiais nas prateleiras, como se fossem um produto no supermercado. O policial, para exercer a sua função, tem que fazer concurso público e depois

precisa passar pela academia. Isso demora e, se não houver um planejamento referente à falta de policiais, teremos dificuldades maiores daqui a alguns anos.

A falta de planejamento tem prejudicado, principalmente, os municípios pequenos, que não têm três policiais, mas apenas um! Há lugares onde há um policial para atender a dois ou três municípios.

Quando fui governador, fiz o maior concurso proporcional do Brasil. Foram mais de três mil policiais, entre civis, militares, bombeiros. Enfim, fizemos um concurso e depois, ao longo dos anos, o governador Raimundo Colombo foi chamando um a um e colocando-os em diversas cidades.

Mas como é que faltam policiais ainda? Nós previmos, na época, a aposentadoria de quase 700 policiais para os próximos quatro anos, que foram 2011, 2012, 2013 e 2014. E muitas vezes existem policiais que abandonam a farda, abandonam a função que exercem com dignidade, e muitos deles, às vezes, perdem a vida em função do trabalho que exercem.

Fizemos um planejamento para aqueles quatro anos, mas eu não vejo um planejamento para o futuro. As vagas que estão abertas para os novos concursos são muito pequenas para a necessidade que existe no estado de Santa Catarina.

Falamos isso com conhecimento e convicção porque nós, em nove meses de governo, fizemos concurso para mais de seis mil policiais, e achamos muito pouco as vagas que estão sendo abertas agora.

Porém, queremos dizer que fizemos aqui um pleito para mais policiais para a região de Balneário Camboriú e parece-nos que estamos sendo atendidos. Os novos concursados, em torno de 20 ou 30 policiais, irão permanecer na região de Balneário Camboriú, Camboriú e Itapema. Esses policiais estão trabalhando na Volvo e, ao acabar o evento, eles ficarão na cidade de Balneário Camboriú. Mas é preciso mais policiais em outras cidades também.

Quero aqui registrar o trabalho feito pelo major Evaldo Hoffmann Júnior e major Eder Jaciel de Souza Oliveira. Um veio de Imbituba e o outro já estava na região de Bombinhas, Porto Belo, Itapema e Balneário Camboriú, e assumiram uma função importante naquela cidade. Eles estão fazendo a diferença ao colocarem barreiras e fazendo com que o número de policiais pareça maior, em virtude de um planejamento que estão fazendo e que está dando resultado. As barreiras foram criadas na época que eu era prefeito, e falha-me a memória agora do nome do major que nós tínhamos e que implantou também as barreiras. E agora elas estão sendo novamente implantadas.

Eu gostaria de chamar a atenção do governo para que planeje melhor a questão da segurança, olhe a necessidade de todos os municípios do estado de Santa Catarina e coloque à disposição dos municípios mais policiais. E que muitos façam o que está sendo feito, hoje, em Balneário Camboriú, pelo major Evaldo Hoffmann Júnior e pelo major Eder Jaciel de Souza Oliveira.

Com certeza, o corpo da Polícia Militar em Santa Catarina está de parabéns, porque, mesmo com minoria, com poucos policiais, está-se esforçando e fazendo ainda de Santa Catarina um dos estados melhores do nosso país na questão da segurança, apesar de faltar muito ainda para ser feito.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Registramos a presença do sr. Arnaldo Lodetti Júnior, secretário no município de Içara.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, o deputado Leonel Pavan abordou o tema da segurança pública e eu também quero continuar falando sobre isso, dizendo que, ao percorrer os nossos municípios, em praticamente todos eles a reivindicação de melhores estruturas e mais policiais tem sido colocada.

Nesta semana, apresentei diversas indicações a respeito de municípios que nos solicitaram um

aumento de efetivo, especialmente municípios no oeste e no meio-oeste de Santa Catarina, que têm maior falta de policiais.

Nós sabemos, como foi dito aqui, que, para colocar um policial, é preciso haver concurso público e depois o treinamento. Mas os nossos levantamentos também indicam que o número de policiais que temos atualmente é praticamente o mesmo que tínhamos na década de 80, quando Santa Catarina tinha mais ou menos a metade da população que tem hoje.

Então, normalmente os policiais contratados são para repor os que se aposentaram, os que pediram demissão, os que, de uma forma ou de outra, afastaram-se da atividade.

Portanto, nós também defendemos que esse setor da Segurança seja planejado de uma forma a contemplar melhor os nossos municípios na distribuição dos policiais e na estrutura para garantir mais segurança à população catarinense.

Queremos aproveitar, sr. presidente, para relatar que, ontem, no âmbito da comissão de Pesca e Aquicultura desta Casa, comissão esta que temos a satisfação de presidir, tivemos a presença dos representantes da secretaria de Agricultura e Pesca. A nosso convite, eles estiveram presentes na reunião expondo as prioridades da secretaria e falando sobre as prioridades dessa secretaria, principalmente sobre a questão da maricultura, a piscicultura, a carcinicultura e a pesca.

Santa Catarina é o maior produtor de pescado e de molusco e, conforme foi dito, o objetivo do governo é pensar estrategicamente o setor para que, ao longo dos anos, torne a cadeia da pesca tão importante quanto as cadeias da carne o são para Santa Catarina.

O nosso potencial pesqueiro em Santa Catarina é muito grande, e nessa apresentação, ontem, a equipe da secretaria da Agricultura e Pesca listou uma série de demandas em cada um desses eixos estratégicos. Inclusive, na próxima semana, deputados Leonel Pavan e Valmir Comin, estará presente em Santa Catarina o ministro da Pesca - e deveria ser hoje, mas acabou adiando para a semana

que vem -, ocasião em que vai tratar desses temas tão importantes para o nosso estado.

Nós sabemos dos desafios que são colocados, o próprio representante da secretaria da Agricultura e Pesca, ontem, falou, no caso da maricultura, dos desafios da inspeção sanitária, investir na produção de sementes e finalizar o processo de marcação de áreas produtivas.

Na piscicultura, a prioridade é a legalização das atividades pelos agricultores familiares, além de investimentos e melhoramento de matrizes e a liberação do cultivo de peixes em tanques redes nos reservatórios das hidrelétricas, que é uma grande opção que hoje está sendo colocada.

Outra área que carece de atenção e investimentos é a carcinicultura, o cultivo de camarões, praticamente deixada de lado desde 2009, quando a chamada doença da mancha branca afetou a produção. Há no estado, hoje, cerca de mil hectares de viveiros abandonados, e que precisam ser recuperados para se retomar a cadeia produtiva.

Eu acredito que esse potencial catarinense no setor pode ser melhorado com mais investimentos e atenção. E nós, da comissão de Pesca e Aquicultura, estaremos atentos e acompanhando isso.

Quero, por fim, sr. presidente, dizer que está tramitando na Casa um projeto de lei que apresentei em março - e já andou por diversas comissões, teve parecer favorável e está praticamente pronto para vir para o plenário -, que institui a campanha Setembro Verde, a ser realizada anualmente no mês de setembro, com o objetivo de promover a conscientização da população catarinense em relação a hábitos de consumo e seus consequentes impactos socioambientais, incentivando a adotar o comportamento de consumo ecologicamente sustentável e responsável.

Então, temos esse projeto tramitando e, definitivamente, foi-se o tempo em que consumir algo era despretensioso e os desejos por mais supérfluos deveriam ser atendidos a qualquer

preço. Hoje, a humanidade sente as consequências de décadas de consumo desenfreado e irresponsável.

Por isso, estamos com esse projeto de lei também para que Santa Catarina, nesse ponto específico, tome a dianteira e promova ações e campanhas no sentido de promover a conscientização da população catarinense em relação a hábitos de consumo e suas consequências.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pegando o gancho dos deputados Leonel Pavan e Neodi Saretta, que falaram sobre segurança, quero dizer que participei, na última sexta-feira, em Joinville, da formatura de novos policiais militares que aconteceu no 8º Batalhão. Depois fiz também algumas visitas e uma, especificamente, ao nosso antigo Graer, que hoje é a segunda companhia aérea de Joinville.

Solicito à assessoria proceda à exibição de um vídeo.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Eu quero, sr. presidente, falar sobre essas duas atitudes que tivemos nesta semana.

Primeiro, gostaria de dizer que o edital do último concurso público para a 5ª Região destinou para a 5ª Região, ou seja, Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e São Francisco do Sul, 118 vagas para policiais militares. O que aconteceu? Dessas 118 que estavam previstas em concurso público, nem todas as vagas foram preenchidas. Agora iriam se formar 118, mas, infelizmente, formaram-se somente 48. E por que somente 48? Porque não houve, na época, o interesse de pessoas para se inscreverem no concurso público da Polícia Militar.

Hoje, a nossa realidade já é diferente: existe um concurso público em andamento para o qual, em

média, está tendo 15 candidatos por vaga. E por que isso? Porque o governador Raimundo Colombo, com o apoio desta Casa, melhorou, e muito, a questão dos praças, da Segurança Pública e do dinheiro investido na Segurança Pública para o material humano.

Há que se destacar a ação da Aprasc, do soldado Lotin e também do ex-deputado Sargento Amauri Soares, que estava nesta Casa à época em que fizemos muitas aprovações e muitas brigas junto ao governo que, hoje, traz a possibilidade de ser interessante ingressar na Polícia Militar de Santa Catarina.

Por isso, quero aqui fazer este registro: as ações deste Plenário e destes deputados fazem com que as pessoas se interessem pela vida militar para continuar defendendo a nossa gente.

É claro que gostaríamos dos 118, mas não houve a possibilidade. E daí fui cobrado: "Ah, são somente 48 que irão se formar. Mas não eram 118?! Manda trazer de outra região"!

Esse é o problema que há quando se faz um concurso público regionalizado, porque o próprio concurso público já elimina a possibilidade de os alunos serem transferidos. Eles deverão se formar e atuar lá onde estão sendo formados.

Por isso que já entramos em contato com o comando da Polícia Militar para que, junto com a 5ª Região - e coronel Chaves é o seu comandante -, nós possamos garantir, com esse próximo concurso de seiscentos e poucos policiais - e como ele é estadual, não tem mais essa questão de ser regional -, a ida de pelo menos 150 policiais para a nossa 5ª Região.

Como já disseram os deputados Leonel Pavan e Neodi Saretta na manhã de hoje, existe grande necessidade de aumento do número de policiais. Não formamos um policial de uma hora para outra, leva-se nove meses para formar um policial. Portanto, é quase que enxugar gelo: desses que entraram, alguns desistem; outros que já estavam aposentam-se. É uma questão muito difícil, mas vale aqui registrar o esforço que o governador Raimundo Colombo está fazendo, desde o seu

primeiro mandato, para manter pelo menos o número mínimo exigido em relação à segurança.

Para encerrar, sr. presidente, quero falar um pouquinho sobre a companhia aérea que visitei. Ainda hoje, às 16h, teremos uma reunião com o secretário estadual de Saúde, ocasião em que o comandante da companhia aérea de Joinville levará ao secretário de Saúde a sugestão de que na tripulação do helicóptero haja um médico cedido pela secretaria de Saúde. Por que isso? Porque é muito importante na resposta do evento. O batalhão da companhia aérea de Joinville atende a 45 cidades, 2,2 milhões pessoas, segundo dados do IBGE. A área atendida pelo helicóptero Águia da Polícia Militar representa 43% do PIB catarinense.

E que significa ter ou não um médico? Significa muito! Por exemplo, estava hoje vindo de Joinville e em frente ao posto policial da cidade de Itapema havia duas ambulâncias do Samu. O que elas estavam fazendo na frente daquele posto que fica na frente do Posto Rodoviário Federal? Elas estavam fazendo baldeação de doente. Por quê? Porque quando um doente vem de uma cidade para fazer algum tipo de tratamento especializado na capital, a ambulância do Samu, respeitando o seu regimento, não pode passar do seu limite.

Então, vamos supor, a ambulância de Joinville pode chegar até Barra Velha; a ambulância de Barra Velha pode chegar até Navegantes; a ambulância de Navegantes pode chegar até Balneário Camboriú, e assim sucessivamente. Elas têm uma delimitação diária, e a ambulância não pode passar daquela delimitação diária. E o que elas fazem? Elas vão fazendo baldeação do doente: elas param e tira-se o doente da ambulância para colocá-lo em outra ambulância. Enfim, vão parando e fazendo a baldeação do doente.

Se tivermos um médico na tripulação do helicóptero, o helicóptero pode fazer esse tipo de traslado, em emergência, sem a necessidade de fazer a baldeação das pessoas que estão sendo atendidas pelo Samu. Isso pode ser essencial para o salvamento de uma vida.

Além disso, a resposta mais rápida que chega é o helicóptero e, muitas vezes, ele chega antes das ambulâncias nos locais de acidentes ou do evento que precisa da ação da Polícia Militar e dos paramédicos.

Se na tripulação houver um médico, ele já poderá entubar o paciente e fazer procedimentos que outros enfermeiros e atendentes plantonistas não conseguem, muitas vezes, fazer.

Por isso, levaremos esse pedido da segunda companhia aérea de Joinville ao secretário João Paulo Kleinübing para que possamos fazer esse convênio entre a Polícia Militar e a secretaria de Saúde, objetivando ter na tripulação dos helicópteros - há uma companhia em Florianópolis, a segunda companhia é em Joinville e a terceira companhia está sendo montada na região de Lages -, um médico, como acontece no Paraná, e isso fará uma grande diferença.

Por isso, tenho certeza de que João Paulo Kleinübing vai ser sensível a esse projeto, porque precisamos fazer de tudo para salvar vidas.

Mais uma vez, parabéns ao governador Raimundo Colombo por ter investido na formação de profissionais.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em São Bento do Sul, em homenagem aos 60 anos de fundação da Orquestra São Bento do Sul.

Está encerrada a presente sessão.